

O EMBUSTE DO MODELO BASEADO NAS EXPORTAÇÕES E A DEPENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DA PROCURA INTERNA QUE EXIGE MELHOR REPARTIÇÃO

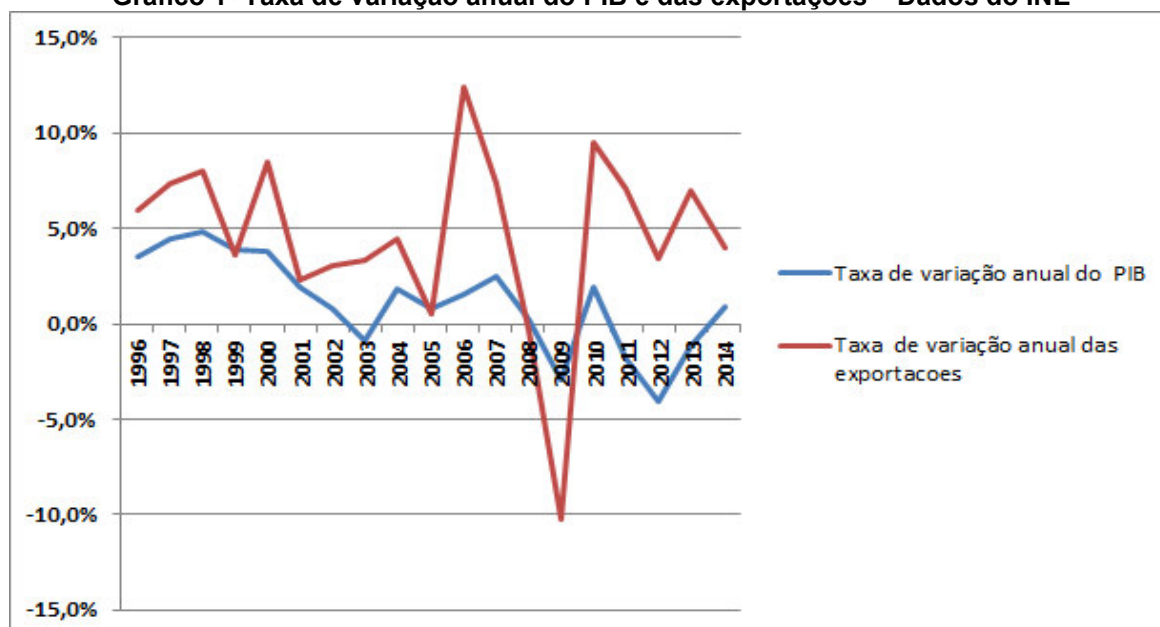
Uma das grandes ilusões difundidas pela direita, e depois repetida maciçamente pelos seus defensores nos media, é que a recuperação da economia portuguesa é só possível através do aumento das exportações. É com base nesta mentira repetida muitas vezes que, para muitos, se tornou uma “verdade” que se critica o programa do governo do PS que dizem ter como base o consumo, e ser ruinoso para o país. E isto apesar de se concluir logo, pela forma como falam, que muitos dos críticos não leram todo o programa ou mesmo que o não abriram. Mas assim vai a comunicação social em Portugal.

A análise empírica da realidade nacional mostra que o modelo baseado nas exportações não tem qualquer consistência, é uma pura ilusão, para não dizer mesmo um embuste.

NÃO EXISTE EM PORTUGAL QUALQUER CORRELAÇÃO POSITIVA ENTRE CRESCIMENTO ECONÓMICO E AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES MAS SIM COM A PROCURA INTERNA

O gráfico 1, construído com dados divulgados pelo INE referente aos últimos 20 anos, mostra que não existe qualquer correlação positiva forte entre a taxa de variação do PIB e a taxa de variação das exportações, ou então que ela é muito fraca.

Gráfico 1- Taxa de variação anual do PIB e das exportações – Dados do INE



O gráfico revela com clareza que em anos em que se registou um crescimento das exportações a preços constantes o PIB afundou-se (como aconteceu em 2003), ou aumentou muito menos (como sucedeu em 2006), ou quando se registam taxas de crescimento positivo das exportações, o PIB apresenta taxas de crescimento negativas (como se verificou em 2011 e 2012). Afirmar que o crescimento económico, e a recuperação económica, é só possível de obter, em Portugal, através do aumento das exportações é não conhecer a realidade portuguesa ou então com a intenção deliberada de enganar a opinião pública pouco conhecedora de como a economia funciona.

Mais importante que as exportações é a procura externa líquida, já que é esta que adicionada à procura interna (consumo + investimento) faz crescer a economia. E isto até porque pode-se exportar muito, e essa exportação pouco contribuir para o aumento do PIB porque a componente nacional ser muito reduzida, como acontece, por ex, com o combustível, que tem um peso muito elevado nas exportações portuguesas, sendo uma parcela muito grande do valor de exportação, a reexportação do crude antes importado (*na Autoeuropa, a componente importada é também muito grande, tendo em muitos anos ultrapassado os 50%, tendo atingido em alguns anos mesmo 70%*). Por isso, no lugar de analisar a evolução das exportações interessa é estudar a procura externa líquida portuguesa (diferença entre exportações e importações). E como o quadro 1, com dados do INE, prova é que o seu efeito no aumento do PIB português tem sido muito reduzido.

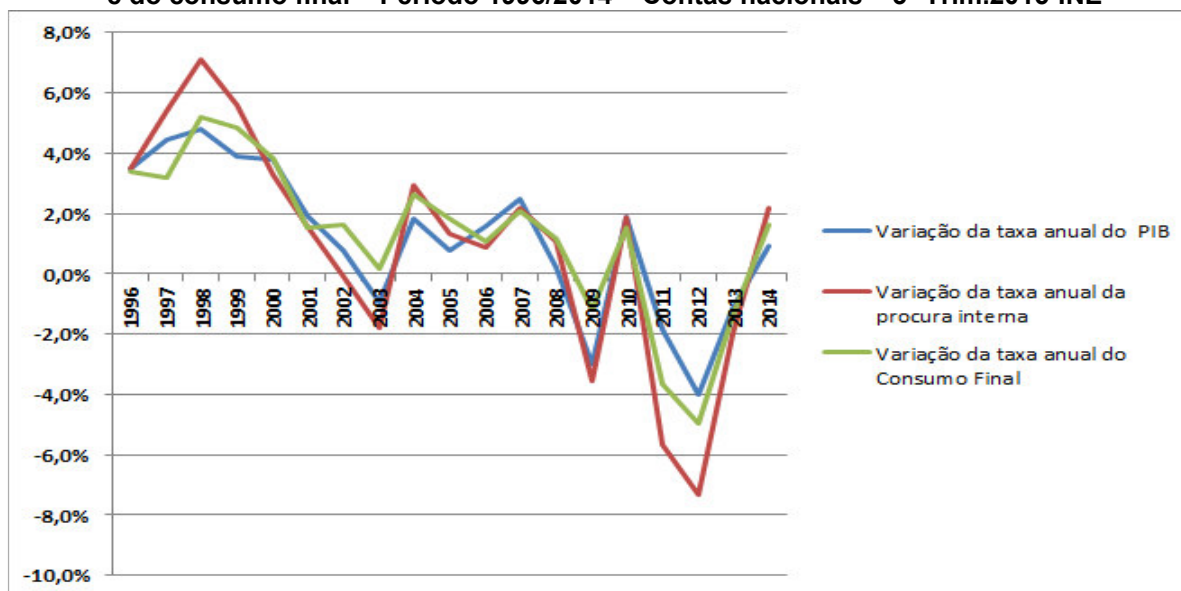
Quadro 2 – A procura externa líquida no período 1995-2015 – a preços constantes 2011

ANOS	Exportações Milhões € (1)	Importações Milhões € (2)	Procura externa líquida Milhões € (3)=(1)-(2)
1995	30.277	37.505	-7.228
1996	32.065	39.717	-7.652
1997	34.422	43.855	-9.433
1998	37.180	50.297	-13.117
1999	38.525	54.880	-16.355
2000	41.777	57.915	-16.138
2001	42.718	58.547	-15.829
2002	44.034	58.429	-14.395
2003	45.484	58.172	-12.688
2004	47.515	62.601	-15.086
2005	47.746	63.956	-16.210
2006	53.652	68.750	-15.098
2007	57.576	72.485	-14.910
2008	57.390	74.275	-16.884
2009	51.532	66.909	-15.377
2010	56.439	72.151	-15.713
2011	60.410	67.952	-7.542
2012	62.467	63.655	-1.188
2013	66.831	66.624	207
2014	69.467	71.419	-1.952
2014(Jan-Set)	51.473	53.006	-1.533
2015(Jan-Set)	54.591	57.225	-2.633

FONTE: Produto Interno Bruto - 3º Trimestre 2015 - INE

Como mostram os dados do INE, apenas em 2013, é que a procura externa líquida foi positiva e contribuiu para o aumento do PIB, e mesmo nesse ano, num valor muito reduzido (somente com 207 milhões e que corresponde a 0,1% do PIB desse ano). A análise empírica mostra é que existe uma correlação positiva forte entre o crescimento económico, medido pelo aumento do PIB, e a procura interna, em que mais de 80% corresponde ao consumo final (privado e público), cabendo o restante (20%) ao investimento, como prova o gráfico 2 (dados do INE).

Gráfico 2 – Correlação positiva forte entre taxa de variação do PIB, da procura interna e do consumo final – Período 1996/2014 – Contas nacionais – 3º Trim.2015-INE



É evidente uma correlação positiva forte da taxa de variação do PIB com a taxa de variação da procura interna e, desta, com o consumo final (privado+público) em Portugal. Portanto qualquer política económica que não promova a procura interna, o que pressupõe mais investimento, e mais consumo mas baseado numa repartição mais justa da riqueza criada anualmente e não no endividamento das famílias, está condenada ao fracasso como aconteceu durante o governo PSD/CDS. Ignorar isto e pensar que é possível substituir a realidade por desejos, é

uma ilusão pura, e procurar manipular a opinião pública para convencê-la do contrário (*para ser competitivo e poder exportar é com baixos salários, o que reduz ainda mais a parte dos salários na riqueza criada, agravando as desigualdades*), só poderá causar atraso e a anemia da economia

SERÁ QUE O MODELO CONSTANTE DO PROGRAMA DO NOVO GOVERNO PS É BASEADO NO CONSUMO COMO AFIRMA A DIREITA E OS SEUS DEFENSORES NOS MEDIA

Uma coisa é aquilo que os media divulgam, e outra coisa bem diferente é o que se conclui de uma análise objetiva e atenta do programa do novo governo PS.

Há medidas cuja implementação determinará um aumento de despesas (*reposição dos salários da Função Pública*) ou uma redução de receitas (*redução da sobretaxa de IRS*) que se podem quantificar. Mas há outras medidas cujo conteúdo concreto ainda não se conhece (*descongelamento das pensões, melhoria do RSI, do CSI e do abono de família; maior progressividade da tabela de IRS*) e, conseqüentemente, também não se conhece o impacto orçamental. Mas quando se analisa o impacto orçamental global das medidas do programa do novo governo PS, que se encontra disponível no quadro da pág. 262 do mesmo programa, constata-se que previsão da despesa, medida em percentagem do PIB, com pessoal da Função Pública em 2016 será igual à de 2015 (11,4%), e a despesa com prestações sociais, que inclui nomeadamente, segurança social, CGA, SNS, etc., passa, entre 2015 e 2016, de 19,7% do PIB para 19,1% do PIB. E se olharmos para o último ano da legislatura – 2019 – prevê-se que a despesa com pessoal diminua para 10,6% do PIB (no anterior documento do PS estava 10,1%), e despesa com prestações sociais se reduza para 18,5% do PIB (*no anterior documento estava 17,7% do PIB*). A diferença, relativamente ao inicialmente previsto, é apenas de 1,2 pontos percentuais e isto apenas em 2019, e o saldo orçamental previsto, em 2019, è -1,5% do PIB quando no documento anterior do PS era -1,4% do PIB. Portanto, afirmar que é um programa que visa promover o consumo não tem qualquer aderência à realidade. Mesmo a nível de investimento público, despesa chave para a recuperação económica, o aumento previsto – crescer, entre 2015 e 2016, de 2,4% do PIB para 2,7% do PIB – é muito modesto e terá um impacto reduzido no crescimento económico. Para 2019, prevê-se apenas uma despesa igual a 2,9% do PIB, um valor que continua a ser baixo (*nos últimos anos, na U.E., tem sido de 3%, e em Portugal, entre 2003 e 2010, a taxa média foi 4% do PIB*).

O programa do novo governo PS contem medidas na área económica em que parece existir um evidente desajustamento entre as medidas enunciadas e os meios necessários para as concretizar/implementar. Se se analisar aquilo que é designado como um “*Programa Novo Impulso para a Convergência na Europa*”(pág. 36 e seguintes) – *correção do défice histórico das qualificações, modernização do Estado, renovação urbana inteligente e eficiência energética, inovação empresarial, e desalavancagem do tecido económico* – rapidamente se conclui que são medidas ou com efeitos apenas a médio e a longo prazo, ou então os meios para as alcançar são os mesmos do passado – fundos estruturais, BEI, MEE, BCE -, portanto insuficientes, levantando dúvidas sobre a dimensão dos seus efeitos. E esta questão coloca-se mesmo em relação aos fundos comunitários do chamado Portugal 20-20, nomeadamente aos objetivos prioritários definidos pelo governo do PSD/CDS, que estabeleceu o apoio quase exclusivo a empresas exportadoras, portanto com exclusão das empresas que produzem bens transacionáveis para o mercado interno, que substituem importações, e que deviam ser da mesma forma prioritárias. Não estará isto em contradição com a prioridade constante da pág. 222 do programa: “*Substituir importações e promover o valor acrescentado nacional*”?

A solução para escassez de meios parece ser a de “*melhorar a qualidade da despesa pública*” (pág. 49 e segts.) e apontam-se exs. na área da educação e saúde. É certo que existem desperdícios elevados nestas e outras áreas que há muitos anos temos vindo a denunciar, e que são “*fontes de geração injustificada de encargos*” (exs.: *outsourcing*, a consultoria externa), que urge por cobro, mas tudo isto exige tempo e uma firmeza muito grande, e o resultado a curto prazo poderá não ser grande. Há no programa um ponto importante que importa ainda referir: “*Promover a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental*”. As assimetrias regionais continuam a ser muito grandes em Portugal como mostramos em estudo anterior, e são fonte de desigualdades e de atraso. Mas a medida mais importante indicada é a criação de uma “*Unidade de missão para a valorização do interior com a responsabilidade de criar, implementar e supervisionar uma programa nacional para coesão territorial, bem como promover o desenvolvimento do território do interior*”. Portanto abrem-se portas de esperança que é ainda preciso concretizar, mas os meios são escassos e os resultados poderão não ser significativos nem os esperados. A ver vamos. **Eugénio Rosa,edr2@netcabo.pt, 6.12.2015**